



TJPR
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO PARANÁ

**ACESSIBILIDADE E
INCLUSÃO**
PLANO DE AÇÕES 2025

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Cúpula Diretiva – Biênio 2024-2025

Desembargadora Lidia Maejima – *Presidente do Tribunal de Justiça*

Desembargador Hayton Lee Swain Filho – *1º Vice-Presidente*

Desembargador Fábio Haick Dalla Vecchia – *2ª Vice-Presidente*

Desembargador Fernando Wolff Bodziak – *Corregedor-Geral da Justiça*

Desembargadora Ana Lúcia Lourenço – *Corregedor da Justiça*

Vinicius André Bufalo – *Secretário-Geral do Tribunal de Justiça*

Rafael Cury Zacharias – *Vice-Secretário do Tribunal de Justiça*

Angelo Massayuki Sonomura - *Secretário- Especial da Presidência*

Núcleo de Acessibilidade e Inclusão

Claudia Cristina Martins Trias

Marcelo Stempniak

Leonardo da Paz Almeida

Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão

Desembargador Substituto Luciano Campos de Albuquerque – *Presidente*

Doutor Fábio Ribeiro Brandão

Claudia Cristina Martins Tria – *Secretária*

André Melo Pesqueira

Diogo Guilherme Silveira

Fábio Rogério Lamarques

Gilberto Yoshikazu Ozawa

Helena Aparecida Stephan Moro

Jobe Andrade

Vanessa Rafaela Lobato

Março/2025

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	4
1. GESTÃO DA ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO.....	5
2. ACESSIBILIDADE EM SERVIÇOS.....	9
3. ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL.....	14
4. ACESSIBILIDADE TECNOLÓGICA	18
5. ACESSIBILIDADE URBANÍSTICA E ARQUITETÔNICA.....	21
6. REGULAMENTAÇÃO	22
Quadros Resumo do Plano de Ações 2025	24

APRESENTAÇÃO

O Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR), por meio da Comissão Permanente de Acessibilidade e Inclusão (CPAI) e do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI), apresenta o conjunto de Planos de Ação 2025 no âmbito da Política de Acessibilidade e Inclusão, em alinhamento à [Resolução CNJ nº 401/2021](#).

Este documento é resultado da sistematização de dados e diagnósticos extraídos do Relatório Anual de Acessibilidade e Inclusão 2024, incluindo as informações obtidas por meio de pesquisas institucionais aplicadas a servidores, magistrados) e estagiários com deficiência.

Organizado em sete dimensões temáticas, o plano define ações prioritárias que visam eliminar barreiras, promover igualdade de oportunidades, garantir acessibilidade plena e consolidar uma cultura institucional inclusiva. Cada ação está estruturada com descrição, objetivos, cronograma, unidades responsáveis e recursos necessários, promovendo clareza, comprometimento intersetorial e viabilidade prática.

- As dimensões temáticas contempladas são:
- Gestão da Acessibilidade e Inclusão
- Acessibilidade em Serviços
- Acessibilidade Comunicacional
- Acessibilidade Tecnológica
- Acessibilidade Urbanística e Arquitetônica
- Regulamentação

O plano reafirma o compromisso do TJPR com os direitos das pessoas com deficiência, com foco na transformação institucional, no cumprimento da legislação vigente e na promoção de um ambiente mais acessível, acolhedor e inclusivo para todos.

A construção coletiva e a execução continuada destas ações constituem um passo fundamental rumo à efetivação da justiça acessível e inclusiva, com base nos princípios da equidade, da dignidade humana e da valorização da diversidade.

1. GESTÃO DA ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

AÇÃO: ATUALIZAÇÃO CADASTRAL PARA IDENTIFICAÇÃO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E NECESSIDADES.

DESCRIÇÃO DA AÇÃO: Atualizar e padronizar o cadastro funcional para identificação de servidores, magistrados, estagiários e colaboradores com deficiência ou com dependentes com deficiência, incluindo necessidades específicas de acessibilidade.

OBJETIVOS:

- Obter dados atualizados para subsidiar políticas inclusivas.
- Promover o planejamento personalizado de adaptações e apoios.
- Atender às diretrizes da Resolução CNJ nº 401/2021.

CRONOGRAMA: Início: julho/2025 | Término: novembro/2025.

UNIDADES ENVOLVIDAS: SEGEP, CPAI, NAI, SEINFRA, CGJ, 2ª VICE-PRESIDÊNCIA.

RECURSOS NECESSÁRIOS: Equipe para condução e acompanhamento, sistema informatizado, questionário acessível, comunicação interna ampla, apoio técnico para preenchimento.

AÇÃO: IMPLEMENTAÇÃO DO ACRÉSCIMO NO AUXÍLIO-SAÚDE.

DESCRIÇÃO DA AÇÃO: Regulamentar e operacionalizar o pagamento do acréscimo no auxílio-saúde a servidores e magistrados com deficiência e/ou com dependentes com deficiência.

OBJETIVOS:

- Assegurar o cumprimento Resolução CNJ nº 500/2023 e Decreto Judiciário nº 552/2019 (Incluído pelo Decreto Judiciário nº 220/ 2024).
- Contribuir com os custos adicionais relacionados à deficiência.
- Promover equidade no cuidado à saúde.

CRONOGRAMA: Início: maio/2024 | Término: setembro/2025.

UNIDADES ENVOLVIDAS: SEGEP, CSBE, SETI, SF, CPAI, NAI.

RECURSOS NECESSÁRIOS: Ajustes no sistema Hercules, equipe de análise de documentos comprobatórios, normatização interna complementar.

AÇÃO: ORIENTAÇÃO ACERCA DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS DE TRABALHO (RESOLUÇÃO CNJ Nº 343/2020 E INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 42/2021).

DESCRIÇÃO DA AÇÃO: Promover ações de orientação e divulgação interna sobre o direito a condições especiais de trabalho para servidores e magistrados com deficiência ou com dependentes na mesma condição.

OBJETIVOS:

- Garantir o acesso à informação sobre o direito às condições especiais de trabalho.
- Orientar sobre os fluxos e critérios de concessão.
- CRONOGRAMA: Início: abril/2025 | Término: dezembro/2025.

UNIDADES ENVOLVIDAS: CPAI, NAI, SEGEP, CSBE.

RECURSOS NECESSÁRIOS: Equipe para elaboração dos materiais de orientação e divulgação.

AÇÃO: ACOMPANHAMENTO FUNCIONAL DE SERVIDORES.

DESCRIÇÃO DA AÇÃO: Realizar acompanhamento sistemático da trajetória funcional de servidores com deficiência, desde o ingresso até a evolução na carreira.

OBJETIVOS:

- Mapear desafios e propor estratégias de inclusão contínua.
- Promover apoio psicossocial e de carreira.
- Reduzir evasão ou sobrecarga de servidores.

CRONOGRAMA: Início: maio/2025 | Término: dezembro/2025.

UNIDADES ENVOLVIDAS: SEGEP, CPAI, NAI, CSBE.

RECURSOS NECESSÁRIOS: Equipe técnica com médico, psicólogo e assistente social, sistema de registro, cronograma de entrevistas e acompanhamentos, relatórios semestrais.

AÇÃO: ORIENTAÇÕES PARA ADMISSÃO DE ESTAGIÁRIOS E RESIDENTES JURÍDICOS.

DESCRIÇÃO DA AÇÃO: Produzir e divulgar orientações específicas para a inclusão de estagiários e residentes jurídicos com deficiência.

OBJETIVOS:

- Garantir acessibilidade plena no ingresso e permanência desses estudantes.
- Prevenir barreiras e promover apoio desde o início.
- Estimular o acolhimento e a valorização da diversidade nos programas de estágio.

CRONOGRAMA: Início: maio/2025 | Término: novembro/2025.

UNIDADES ENVOLVIDAS: SEGEP, CPAI, NAI.

RECURSOS NECESSÁRIOS: Equipe para revisão de editais, cartilhas orientadoras, materiais de apoio para supervisores, formulário de necessidades específicas.

AÇÃO: CONTRATAÇÃO DE ASSOCIAÇÃO SEM FINS LUCRATIVOS PARA DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS POR PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (32 POSTOS).

DESCRIÇÃO DA AÇÃO: Formalizar parceria com associação especializada na inclusão de pessoas com deficiência para prestação de serviços de digitalização de documentos em unidades do TJPR.

OBJETIVOS:

- Promover inclusão produtiva e geração de renda para pessoas com deficiência.
- Atender à política de acessibilidade e inclusão do TJPR com impacto social direto.
- Contribuir com a modernização e digitalização documental da instituição.

CRONOGRAMA: Início: outubro/2024 | Término: dezembro/2025.

UNIDADES ENVOLVIDAS: DGD, SCI, CPAI, NAI.

RECURSOS NECESSÁRIOS: Verba orçamentária, equipe para conduzir os trâmites de contratação, adequações de acessibilidade, acompanhamento funcional e suporte técnico.

2. ACESSIBILIDADE EM SERVIÇOS

AÇÃO: ATUALIZAÇÃO DO CURSO ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO NO TJPR.

DESCRIÇÃO DA AÇÃO: Revisar e atualizar o conteúdo do curso “Acessibilidade e Inclusão” ofertado na EJUD-PR, incorporando recursos acessíveis e novos marcos legais.

OBJETIVOS:

- Atualizar conhecimentos sobre acessibilidade e inclusão.
- Alinhar o conteúdo à Resolução CNJ nº 401/2021.
- Tornar o curso mais acessível e atrativo.

CRONOGRAMA: Início: abril/2025 | Término: julho/2025.

UNIDADES ENVOLVIDAS: EJUD-PR, CPAI, NAI.

RECURSOS NECESSÁRIOS: Equipe pedagógica e de acessibilidade e inclusão, plataforma EAD, intérprete de Libras, audiodescrição.

AÇÃO: ATUALIZAÇÃO DA CARTILHA DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO NO TJPR.

DESCRIÇÃO DA AÇÃO: Revisar e republicar a cartilha institucional com linguagem simples, design acessível e conteúdo atualizado.

OBJETIVOS:

- Ampliar o alcance da cartilha como instrumento de orientação.
- Atualizar informações legais e práticas.
- Tornar o conteúdo mais inclusivo e visualmente acessível.

CRONOGRAMA: Início: maio/2025 | Término: julho/2025.

UNIDADES ENVOLVIDAS: CPAI, NAI, Coordenadoria de Comunicação.

RECURSOS NECESSÁRIOS: Equipe para atualização do conteúdo, designer gráfico, revisor de linguagem simples, equipe técnica, validação com pessoas com deficiência.

AÇÃO: 2ª EDIÇÃO DO CURSO INTRODUÇÃO AO NOVO REGIME JURÍDICO DA CURATELA.

DESCRIÇÃO DA AÇÃO: Revisar e relançar curso para aplicação do novo regramento da Curatela de forma sistêmica, buscando congruência entre o Estatuto da Pessoa com Deficiência - EPD e o Código de Processo Civil – CPC.

OBJETIVOS:

- Capacitar magistrados e servidores sobre o novo paradigma da curatela.
- Alinhar à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.
- Estudar questões de direito material e de direito processual e a decisão de curatela.

CRONOGRAMA: Início: maio/2025 | Término: julho/2025.

UNIDADES ENVOLVIDAS: EJUD-PR, CPAI.

RECURSOS NECESSÁRIOS: Equipe pedagógica, professores especialistas, recursos acessíveis, ambiente virtual de aprendizagem.

AÇÃO: CRIAÇÃO DE TRILHAS DE APRENDIZAGEM SOBRE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO.

DESCRIÇÃO DA AÇÃO: Estruturar trilhas de aprendizagem temáticas, utilizando materiais da EJUD-PR e de outras plataformas. As trilhas organizarão conteúdos de forma estruturada, permitindo que os participantes acessem informações de maneira progressiva e personalizada. As trilhas poderão abordar diferentes aspectos da acessibilidade, como acessibilidade digital, acessibilidade comunicacional, as diferentes deficiências, capacitismo, inclusão, etc.

OBJETIVOS:

- Disponibilizar ações formativas de forma estruturada, permitindo que os participantes personalizem sua jornada de aprendizagem sobre acessibilidade e inclusão.
- Promover aprendizado contínuo e personalizado.
- Facilitar o acesso à formação para diferentes públicos.

- Incorporar diversidade de formatos acessíveis.

CRONOGRAMA: Início: abril/2025 | Término: maio/2025.

UNIDADES ENVOLVIDAS: EJUD-PR, CPAI, NAI

RECURSOS NECESSÁRIOS: Equipe para curadoria de conteúdo e ambiente virtual de aprendizagem.

AÇÃO: CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS DAS ÁREAS DE GESTÃO DE PESSOAS, EQUIPE MULTIDISCIPLINAR (AVALIAÇÃO BIOPSISSOCIAL), ENGENHARIA E ARQUITETURA, TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E CERIMONIAL

DESCRIÇÃO DA AÇÃO: Ofertar capacitações específicas para profissionais das áreas estratégicas envolvidas direta ou indiretamente com acessibilidade, com conteúdos voltados à legislação vigente, boas práticas e abordagem inclusiva no exercício das funções institucionais.

OBJETIVOS:

- Fortalecer competências técnicas e atitudinais voltadas à acessibilidade e inclusão.
- Corrigir déficits identificados nos relatórios institucionais.
- Garantir conformidade com a Resolução CNJ nº 401/2021 e com o PAI-TJPR.

CRONOGRAMA: Início: maio/2025 | Término: novembro/2025

UNIDADES ENVOLVIDAS: CPAI, NAI, EJUD-PR, SEGEP, SRINFRA, SETI, Coordenadoria de Comunicação, Coordenadoria de Cerimonial.

RECURSOS NECESSÁRIOS: Instrutores especializados por área, plataforma de EAD e presencial, materiais acessíveis, cronograma segmentado por área temática, ferramentas de avaliação de aprendizagem.

AÇÃO 2: CAPACITAÇÃO DO QUADRO DE PESSOAL COM DEFICIÊNCIA NO USO DO COPILOT (SETI)

DESCRIÇÃO DA AÇÃO: Promover capacitações acessíveis voltadas à utilização da ferramenta Copilot (inteligência artificial), adaptadas para servidores, magistrados e estagiários com deficiência, garantindo autonomia e inclusão digital no ambiente de trabalho.

OBJETIVOS:

- Assegurar igualdade de acesso às novas tecnologias institucionais.
- Desenvolver habilidades digitais do quadro de servidores(as) com deficiência.
- Promover autonomia funcional com o uso do Copilot.

CRONOGRAMA: maio/2025 | Término: outubro/2025

UNIDADES ENVOLVIDAS: SETI, CPAI, NAI, EJUD-PR.

RECURSOS NECESSÁRIOS: Instrutores com formação em acessibilidade digital, tutoriais acessíveis, intérpretes de Libras (se necessário), tecnologia assistiva, ambientes de prática virtual.

AÇÃO: PROJETO E IMPLEMENTAÇÃO DE PAINÉIS DE BI PARA ACOMPANHAMENTO.

DESCRIÇÃO DA AÇÃO: Desenvolver e implantar painéis interativos de Business Intelligence (BI) para monitoramento dos indicadores de acessibilidade e inclusão, com dados atualizados, abertos e segmentados.

OBJETIVOS:

- Facilitar o acompanhamento dos resultados do PAI.
- Promover a transparência e o controle social dos dados de acessibilidade.
- Apoiar a tomada de decisão baseada em evidências.

CRONOGRAMA: Início: junho/2025 | Término: outubro/2025.

UNIDADES ENVOLVIDAS: CPAI, NAI, GSG, SETI, SEPLAN.

RECURSOS NECESSÁRIOS: Equipe de BI, base de dados integrada, ferramentas de visualização (ex: Power BI), validação com usuários.

AÇÃO: REVISÃO DOS INDICADORES E METAS DO PLANO DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO.

DESCRIÇÃO DA AÇÃO: Realizar processo de revisão e atualização dos indicadores e metas do Plano de Acessibilidade e Inclusão (PAI), com base na análise dos resultados de 2024 e nas diretrizes estratégicas do TJPR.

OBJETIVOS:

- Aprimorar o monitoramento da política institucional de acessibilidade.
- Ajustar metas e indicadores à realidade atual e às prioridades para 2025-2026.
- Alinhar o PAI ao planejamento estratégico do TJPR e às normativas do CNJ.

CRONOGRAMA: Início: março/2025 | Término: maio/2025.

UNIDADES ENVOLVIDAS: CPAI, NAI, SEPLAN.

RECURSOS NECESSÁRIOS: Grupo de trabalho técnico, acesso a dados consolidados, reuniões de validação, revisão metodológica.

3. ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL

AÇÃO: ENCAMINHAMENTO E ACOMPANHAMENTO DAS DEMANDAS INDICADAS NAS PESQUISAS.

DESCRIÇÃO DA AÇÃO: Analisar, priorizar e encaminhar as demandas comunicacionais identificadas nas pesquisas realizadas com servidores, magistrados e estagiários com deficiência e assistentes de direção de fóruns.

OBJETIVOS:

- Atender de forma efetiva as demandas comunicacionais.
- Fortalecer a escuta ativa institucional.
- Promover melhorias concretas na acessibilidade comunicacional.

CRONOGRAMA: Início: abril/2025 | Término: dezembro/2025.

UNIDADES ENVOLVIDAS: CPAI, NAI, Coordenadoria de Comunicação, SETI.

RECURSOS NECESSÁRIOS: Sistema de acompanhamento, equipe técnica, reuniões intersetoriais, relatórios periódicos.

AÇÃO: FOMENTO DA ACESSIBILIDADE EM EVENTOS.

DESCRIÇÃO DA AÇÃO: Criar diretrizes e oferecer suporte para que todos os eventos promovidos pelo TJPR adotem práticas de acessibilidade comunicacional.

OBJETIVOS:

- Ampliar a inclusão de pessoas com deficiência nos eventos institucionais.
- Aumentar o percentual de eventos com comunicação acessível.
- Estabelecer padrão institucional de acessibilidade em eventos.

CRONOGRAMA: Início: maio/2025 | Término: dezembro/2025.

UNIDADES ENVOLVIDAS: CPAI, NAI, Coordenadoria de Cerimonial, EJUD-PR, Coordenadoria de Comunicação.

RECURSOS NECESSÁRIOS: Equipe para elaboração das diretrizes, profissionais de Libras e audiodescrição, plataforma acessível, checklists, recursos para contratação de serviços.

AÇÃO: FOMENTO DA ACESSIBILIDADE EM PUBLICAÇÕES.

DESCRIÇÃO DA AÇÃO: Garantir que todas as publicações do TJPR sigam critérios de acessibilidade comunicacional.

OBJETIVOS:

- Eliminar barreiras de leitura e compreensão.
- Adequar às diretrizes da acessibilidade digital e editorial.
- Tornar o conteúdo acessível a todos os públicos.

CRONOGRAMA: Início: maio/2025 | Término: novembro/2025.

UNIDADES ENVOLVIDAS: Coordenadoria de Comunicação, CPAI, NAI, EJUD-PR.

RECURSOS NECESSÁRIOS: Manuais de acessibilidade editorial, equipe de revisão, ferramentas de validação.

AÇÃO: NOVA PÁGINA “ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO” NO PORTAL DO TJPR.

DESCRIÇÃO DA AÇÃO: Criar e manter no site oficial uma página dedicada à Acessibilidade e Inclusão, com informações institucionais, recursos acessíveis e canais de contato.

OBJETIVOS:

- Reunir informações e serviços inclusivos.
- Facilitar o acesso do público com deficiência aos conteúdos do TJPR.
- Fortalecer a comunicação institucional inclusiva.

CRONOGRAMA: Início: março/2025 | Término: abril/2025.

UNIDADES ENVOLVIDAS: CPAI, NAI, SETI.

RECURSOS NECESSÁRIOS: Equipe para produção de conteúdo, equipe web, recursos de acessibilidade digital, validação com usuários com deficiência, conteúdo atualizado.

AÇÃO: ADEQUAÇÕES NO LAYOUT DA REVISTA GRALHA AZUL PARA TORNÁ-LA ACESSÍVEL.

DESCRIÇÃO DA AÇÃO: Revisar o layout e formato digital da Revista Galha Azul para garantir acessibilidade plena da publicação.

OBJETIVOS:

- Tornar a revista científica plenamente acessível.
- Adequar o design e diagramação às normas de acessibilidade digital.
- Assegurar o acesso de leitores(as) com deficiência visual, auditiva ou cognitiva.

CRONOGRAMA: Início: maio/2025 | Término: dezembro/2025.

UNIDADES ENVOLVIDAS: EJUD-PR, CPAI, NAI, Coordenadoria de Comunicação.

RECURSOS NECESSÁRIOS: Designer com conhecimento em acessibilidade, softwares de conversão, equipe de revisão, validação com usuários.

AÇÃO: CÍRCULOS RESTAURATIVOS (JUSTIÇA RESTAURATIVA SEM FRONTEIRAS).

DESCRIÇÃO DA AÇÃO: Promover círculos restaurativos voltados à escuta, acolhimento e construção de sentido coletivo entre pessoas com deficiência e que tenham filhos ou dependentes legais com deficiência.

OBJETIVOS:

- Fortalecer vínculos institucionais e dar visibilidade às vivências.
- Utilizar práticas restaurativas como ferramenta de escuta e inclusão.
- Promover espaços seguros de fala e pertencimento.

CRONOGRAMA: Início: junho/2025 | Término: dezembro/2025.

UNIDADES ENVOLVIDAS: CPAI, NAI, Grupo Justiça Restaurativa Restaurativa Sem Fronteiras (2ª Vice-Presidência).

RECURSOS NECESSÁRIOS: Facilitadores restaurativos, local acessível, materiais de apoio, articulação com grupos de pessoas com deficiência.

AÇÃO: AÇÕES DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL EM DATAS RELATIVAS À ACESSIBILIDADE, INCLUSÃO E DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA.

DESCRIÇÃO DA AÇÃO: Planejar e divulgar conteúdos institucionais em datas comemorativas relacionadas aos direitos das pessoas com deficiência.

OBJETIVOS:

- Sensibilizar o público para a pauta da inclusão.
- Valorizar a participação de pessoas com deficiência.
- Fortalecer o compromisso institucional com os direitos humanos.

CRONOGRAMA: Início: abril/2025 | Término: dezembro/2025.

UNIDADES ENVOLVIDAS: CPAI, NAI e Coordenadoria de Comunicação Social.

RECURSOS NECESSÁRIOS: Calendário de datas, equipe de criação, materiais acessíveis, produção audiovisual.

4. ACESSIBILIDADE TECNOLÓGICA

AÇÃO: ENCAMINHAMENTO E ACOMPANHAMENTO DAS DEMANDAS INDICADAS NAS PESQUISAS.

DESCRIÇÃO DA AÇÃO: Mapear, priorizar e dar retorno às demandas de acessibilidade tecnológica apresentadas por magistrados, servidores, estagiários e assistentes de direção de fóruns.

OBJETIVOS:

- Garantir resposta efetiva às necessidades apontadas.
- Promover a personalização do suporte tecnológico.
- Integrar as demandas aos processos de inovação institucional.

CRONOGRAMA: Início: abril/2025 | Término: dezembro/2025.

UNIDADES ENVOLVIDAS: CPAI, NAI, SETI, SEINFRA, SCI, SEGEP.

RECURSOS NECESSÁRIOS: Sistema de gestão de demandas, equipe técnica, reuniões de alinhamento, relatórios periódicos.

AÇÃO: FORNECIMENTO DE CADEIRAS DE RODAS VISANDO ATENDER À LEI ESTADUAL Nº 18.419/2015.

DESCRIÇÃO DA AÇÃO: Garantir a disponibilidade de cadeiras de rodas em unidades do TJPR, conforme prevê a legislação estadual.

OBJETIVOS:

- Atender à legislação estadual vigente.
- Assegurar acessibilidade física em prédios do TJPR.
- Garantir dignidade e autonomia a todos os usuários.

CRONOGRAMA: Início: dezembro/2024 | Término: novembro/2025.

UNIDADES ENVOLVIDAS: SRINFRA, SCI, NAI, CPAI.

RECURSOS NECESSÁRIOS: Verba para aquisição de cadeiras, plano de distribuição, treinamento para uso adequado, manutenção preventiva.

AÇÃO: ATENDIMENTO EM LIBRAS (ESTUDOS SOBRE PLATAFORMA ONLINE E/OU FERRAMENTA DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL).

DESCRIÇÃO DA AÇÃO: Estudar e implantar soluções tecnológicas que viabilizem o atendimento em Libras no TJPR.

OBJETIVOS:

- Eliminar barreiras de comunicação para pessoas surdas.
- Inovar no atendimento por meio de tecnologia assistiva.
- Garantir a comunicação plena e autônoma.

CRONOGRAMA: Início: maio/2024 | Término: setembro/2025.

UNIDADES ENVOLVIDAS: CPAI, NAI, SCI, SEINFRA, SETI.

RECURSOS NECESSÁRIOS: Estudos técnicos, contratação de solução tecnológica, testes de usabilidade, equipe de validação com pessoas com deficiência.

AÇÃO: ADEQUAÇÕES NO PROJUDI (IMPLEMENTAÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO DE DEFICIÊNCIA E NECESSIDADES ESPECÍFICAS DE PARTES E ADVOGADOS).

DESCRIÇÃO DA AÇÃO: Incluir no sistema PROJUDI campos específicos para identificação de pessoas com deficiência (partes e advogados) e suas necessidades.

OBJETIVOS:

- Personalizar o atendimento no processo judicial eletrônico.
- Cumprir o princípio da acessibilidade processual.
- Antecipar adaptações e medidas de inclusão nos atos processuais.

CRONOGRAMA: Início: fevereiro/2025 | Término: novembro/2025.

UNIDADES ENVOLVIDAS: SETI, CGJ, NAI, CPAI.

RECURSOS NECESSÁRIOS: Equipe de desenvolvimento do PROJUDI, validação jurídica e técnica, testes com usuários, atualização de manuais.

AÇÃO: MELHORIAS NO PORTAL E INTRANET PARA ADEQUAÇÃO ÀS NORMAS DE ACESSIBILIDADE.

DESCRIÇÃO DA AÇÃO: Aprimorar o portal institucional e a intranet do TJPR conforme as diretrizes do eMAG.

OBJETIVOS:

- Garantir navegação acessível a todos os públicos.
- Cumprir exigências legais e normativas.
- Tornar a comunicação institucional inclusiva e universal.

CRONOGRAMA: Início: maio/2025 | Término: outubro/2025.

UNIDADES ENVOLVIDAS: SETI, Coordenadoria de Comunicação, CPAI, NAI.

RECURSOS NECESSÁRIOS: Ferramentas de avaliação, equipe de TI com foco em acessibilidade, consultoria especializada, validação com PcD.

AÇÃO: ESTRUTURAR PROCEDIMENTO PARA REQUERIMENTO DE RECURSOS DE TECNOLOGIA ASSISTIVA.

DESCRIÇÃO DA AÇÃO: Criar fluxo institucional para solicitação de recursos de tecnologia assistiva por magistrados, servidores, estagiários e colaboradores com deficiência.

OBJETIVOS:

- Assegurar o direito à adaptação tecnológica como condição de trabalho e estudo.
- Padronizar os trâmites para concessão de tecnologia assistiva.
- Garantir equidade no acesso às ferramentas de apoio à inclusão digital.

CRONOGRAMA: Início: maio/2025 | Término: outubro/2025.

UNIDADES ENVOLVIDAS: CPAI, NAI, SEGEP, SETI, , SEINFRA, SCI.

RECURSOS NECESSÁRIOS: Formulário digital acessível, equipe técnica para análise de pedidos, base de dados de recursos disponíveis, manuais de uso.

5. ACESSIBILIDADE URBANÍSTICA E ARQUITETÔNICA

AÇÃO: ENCAMINHAMENTO E ACOMPANHAMENTO DAS DEMANDAS INDICADAS NAS PESQUISAS.

DESCRIÇÃO DA AÇÃO: Analisar, priorizar e encaminhar as demandas de acessibilidade arquitetônica e urbanística identificadas nas pesquisas com magistrados, servidores e estagiários com deficiência.

OBJETIVOS:

- Atender de forma efetiva as necessidades de acessibilidade física.
- Eliminar barreiras estruturais que impactam a autonomia e segurança.
- Integrar as demandas ao planejamento de obras e reformas.

CRONOGRAMA: Início: abril/2025 | Término: dezembro/2025.

UNIDADES ENVOLVIDAS: CPAI, NAI, SEGEP, SETI, , SEINFRA, SCI.

RECURSOS NECESSÁRIOS: Equipe de engenharia e arquitetura, visitas técnicas, orçamento para adequações, sistema de acompanhamento de demandas.

AÇÃO: AMPLIAR A “ROTA ACESSÍVEL” NOS PRÉDIOS.

DESCRIÇÃO DA AÇÃO: Mapear e ampliar as rotas acessíveis em unidades judiciais e administrativas do TJPR, conforme normas técnicas de acessibilidade.

OBJETIVOS:

- Aumentar o número de prédios com Rota Acessível implementada.
- Garantir circulação segura e autônoma para pessoas com deficiência.
- Cumprir os indicadores estratégicos do Planejamento do TJPR.

CRONOGRAMA: Início: maio/2025 | Término: dezembro/2025.

UNIDADES ENVOLVIDAS: SRINFRA, CPAI, NAI, SCI.

RECURSOS NECESSÁRIOS: Equipe técnica de acessibilidade, orçamento para obras, sinalização, visitas in loco e laudos de conformidade.

6. REGULAMENTAÇÃO

AÇÃO: RESOLUÇÃO DA POLÍTICA DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO.

DESCRIÇÃO DA AÇÃO: Elaborar versão final e aprovar Resolução própria do TJPR que institua a Política de Acessibilidade e Inclusão, conforme a Resolução CNJ nº 401/2021.

OBJETIVOS:

- Estabelecer normativamente a política de acessibilidade e inclusão.
- Garantir segurança jurídica às ações institucionais.
- Reforçar o caráter permanente e estratégico da pauta da inclusão.

CRONOGRAMA: Início: abril/2023 | Término: maio/2025.

UNIDADES ENVOLVIDAS: CPAI, NAI, Consultoria Jurídica do Gabinete do Secretário-Geral, Presidência.

RECURSOS NECESSÁRIOS: Grupo de trabalho para elaboração da minuta, revisão jurídica, , aprovação em instância superior.

AÇÃO: REGULAMENTAÇÃO DA REDUÇÃO DE JORNADA PARA SERVIDORES COM DEPENDENTES COM DEFICIÊNCIA.

DESCRIÇÃO: Regular critérios, fluxos e responsabilidades para concessão de redução de jornada a servidores com dependentes com deficiência.

OBJETIVOS:

- Garantir tratamento isonômico nos pedidos de flexibilização de jornada.
- Oferecer suporte institucional às famílias de pessoas com deficiência.
- Evitar judicialização e insegurança administrativa.

CRONOGRAMA: Início: maio/2023 | Término: julho/2025.

UNIDADES ENVOLVIDAS: CPAI, NAI, Consultoria Jurídica do Gabinete do Secretário-Geral, Presidência.

RECURSOS NECESSÁRIOS: Estudos comparados, equipe jurídica e multidisciplinar, parecer jurídico.

AÇÃO: PROCEDIMENTOS DE LOTAÇÃO E RELOTAÇÃO (GT COM SEGEP E CGRC).

DESCRIÇÃO DA AÇÃO: Definir procedimentos normativos para processos de lotação e relocação de servidores com deficiência ou com dependentes nesta condição.

OBJETIVOS:

- Garantir previsibilidade e critérios objetivos nas decisões de lotação.
- Assegurar o direito à acessibilidade e inclusão no ambiente de trabalho.
- Fortalecer políticas de acolhimento e permanência.

CRONOGRAMA: Início: junho/2025 | Término: novembro/2025.

UNIDADES ENVOLVIDAS: CPAI, NAI, SEGEP, CGRC.

RECURSOS NECESSÁRIOS: Grupo de trabalho intersetorial, consulta às unidades, parecer técnico e jurídico, elaboração de fluxo institucional.

AÇÃO: AVALIAÇÃO E ADEQUAÇÃO DAS NORMATIVAS RELATIVAS AOS ESTAGIÁRIOS.

DESCRIÇÃO DA AÇÃO: Revisar a regulamentação interna sobre estágio no TJPR, com foco na inclusão de pessoas com deficiência.

OBJETIVOS:

- Eliminar barreiras normativas e operacionais à inclusão de estagiários PcD.
- Promover equidade nas seleções e no cotidiano do estágio.
- Assegurar adaptações razoáveis conforme a Lei Brasileira de Inclusão.

CRONOGRAMA: Início: abril/2025 | Término: setembro/2025.

UNIDADES ENVOLVIDAS: CPAI, NAI, SEGEP.

RECURSOS NECESSÁRIOS: Análise jurídica, revisão de editais e normativos, diálogo com instituições de ensino, orientações inclusivas.

QUADROS RESUMO DO PLANO DE AÇÕES 2025

GESTÃO DA ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO	
AÇÃO	OBJETIVO PRINCIPAL
Atualização cadastral para identificação das pessoas com deficiência e necessidades.	Subsidiar políticas inclusivas com dados atualizados. ⁵
Implementação do acréscimo no auxílio-saúde.	Regulamentar e viabilizar financeiramente o apoio à saúde de PcDs e seus dependentes.
Orientação acerca das condições especiais de trabalho.	Informar e orientar sobre direitos e fluxos relacionados a adaptações de jornada e condições laborais.
Acompanhamento funcional de servidores.	Oferecer suporte contínuo e psicossocial a servidores com deficiência.
Orientações para admissão de estagiários e residentes jurídicos.	Garantir acessibilidade e equidade nos processos seletivos e de permanência.
Contratação de associação para digitalização de documentos por PcDs.	Promover inclusão produtiva de PcDs e modernizar a gestão documental.

ACESSIBILIDADE EM SERVIÇOS

AÇÃO	OBJETIVO PRINCIPAL
Atualização do Curso Acessibilidade e Inclusão.	Atualizar conteúdo e ampliar acessibilidade da formação institucional.
Atualização da Cartilha de Acessibilidade e Inclusão.	Oferecer material acessível, atualizado e orientador.
2ª edição do Curso sobre Curatela.	Capacitar sobre novo regime jurídico da curatela.
Acompanhamento funcional de servidores.	Oferecer suporte contínuo e psicossocial a servidores com deficiência.
Criação de trilhas de aprendizagem.	Oferecer formação contínua e personalizada sobre inclusão.
Capacitação de profissionais das áreas estratégicas (gestão de pessoas, equipe multidisciplinar, engenharia, TI, comunicação e cerimonial).	Fortalecer competências inclusivas nos setores que atuam diretamente com acessibilidade institucional.
Capacitação do quadro de pessoal com deficiência no uso do Copilot.	Assegurar inclusão digital e autonomia funcional com uso de IA por servidores com deficiência.
Projeto e implementação de painéis de BI.	Projeto e implementação de painéis de BI.
Revisão de indicadores e metas do PAI.	Atualizar metas à luz dos resultados de 2024 e diretrizes estratégicas.

ACESSIBILIDADE COMUNICACIONAL

AÇÃO	OBJETIVO PRINCIPAL
Encaminhamento e acompanhamento das demandas indicadas nas pesquisas.	Atender demandas comunicacionais de pessoas com deficiência identificadas em diagnóstico institucional.
Fomento da acessibilidade em eventos.	Garantir que eventos institucionais contemplem recursos acessíveis.
Fomento da acessibilidade em publicações.	Adequar publicações às normas de acessibilidade.
Nova página “Acessibilidade e Inclusão” no portal do TJPR.	Centralizar conteúdos e serviços acessíveis no portal institucional.
Adequações na Revista Gralha Azul.	Garantir acessibilidade plena na revista científica institucional.
Círculos restaurativos (Justiça Restaurativa Sem Fronteiras).	Promover espaços restaurativos de escuta e pertencimento para PcDs.
Ações institucionais em datas comemorativas.	Sensibilizar e promover a pauta da inclusão por meio da comunicação.

ACESSIBILIDADE TECNOLÓGICA

AÇÃO	OBJETIVO PRINCIPAL
Encaminhamento e acompanhamento das demandas indicadas nas pesquisas.	Atender às necessidades tecnológicas de acessibilidade levantadas por usuários e servidores.
Fornecimento de cadeiras de rodas (Lei Estadual nº 18.419/2015).	Garantir autonomia no acesso aos espaços físicos das unidades judiciais.
Atendimento em Libras com plataforma ou IA.	Viabilizar atendimento acessível e autônomo para pessoas surdas.
Adequações no PROJUDI (identificação de pessoas com deficiência e necessidades específicas).	Personalizar o atendimento e permitir adaptações processuais.
Melhorias no portal e intranet para adequação ao eMAG.	Assegurar acessibilidade digital conforme normas técnicas.
Estruturação de procedimento para solicitação de tecnologia assistiva.	Facilitar o acesso institucional a recursos tecnológicos inclusivos.
Ações institucionais em datas comemorativas.	Sensibilizar e promover a pauta da inclusão por meio da comunicação.

ACESSIBILIDADE URBANÍSTICA E ARQUITETÔNICA

AÇÃO	OBJETIVO PRINCIPAL
Encaminhamento e acompanhamento das demandas indicadas nas pesquisas.	Integrar as demandas à execução de reformas e adequações físicas.
Ampliar a "Rota Acessível" nos prédios.	Garantir caminhos acessíveis e seguros em unidades do TJPR.

REGULAMENTAÇÃO

AÇÃO	OBJETIVO PRINCIPAL
Resolução da Política de Acessibilidade e Inclusão.	Instituir normativamente a política de inclusão no TJPR.
Regulamentação da redução de jornada.	Assegurar isonomia e clareza no direito à flexibilização da jornada.
Procedimentos de lotação e relocação.	Normatizar critérios de alocação de servidores com deficiência ou dependentes PcDs.
Avaliação e adequação das normativas relativas aos estagiários.	Eliminar barreiras normativas e garantir a inclusão no programa de estágio.



TJPR

TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESTADO DO PARANÁ